

CFESS Manifesta

Dia Internacional das Mulheres

Brasília (DF), 8 de março de 2017

Gestão Tecendo na luta a manhã desejada



CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

www.cfess.org.br

AS MINHA, MONA E MANA VÃO PARAR GERAL!

Um espectro ronda o mundo – o espectro do feminismo. É no contexto de uma crise capitalista global sem precedentes na história, e de avanço do conservadorismo na sociedade, que o movimento feminista insurge na convocação de uma greve mundial das mulheres. Um 8 de março que será marcado por uma solidariedade feminista internacional e por expressivas mobilizações protagonizadas pelas mulheres em todo o mundo, contra a retirada de direitos, de todas as formas de violência e a deterioração das condições de vida e de trabalho, especialmente das negras, desempregadas e imigrantes. Um grito internacional das mulheres por justiça social, ambiental e reprodutiva, na perspectiva da construção de uma nova ordem societária anticapitalista, antirracista, antissexista e antibelicista, na defesa de um feminismo popular e solidário com as mulheres trabalhadoras e suas famílias, um feminismo para 99% das pessoas frente à grande concentração de renda e de riqueza nas mãos de 1% dos mais ricos em todo mundo.

Em 2017, ano que comemoramos os 100 anos da Revolução Russa, diante dos graves retrocessos e ameaça aos direitos das mulheres, emerge um feminismo internacional que tem buscado situar a luta pela libertação das mulheres como dimensão inerente à luta pela superação de uma sociedade marcadamente desigual. Uma emergência de uma nova onda das lutas feministas. Desde o ano passado, diversas manifestações foram organizadas em todo o mundo contra a retirada dos direitos das mulheres, desde a Polônia contra a proibição do aborto; na América Latina e Itália, pelo fim do feminicídio e a violência machista; na Coréia do Sul e Irlanda, uma greve das mulheres em defesa dos direitos reprodutivos; nos Estados Unidos, contra a política misógina, homofóbica e xenófoba de Donald Trump.

No Brasil, desde 2015, vivemos a primavera feminista, quando as mulheres tomaram as ruas contra Eduardo Cunha e o conservadorismo do Congresso Nacional, na tentativa de impedir a aprovação do projeto de lei que criava barreiras para que mulheres vítimas do estupro tivessem o direito ao aborto.

O crescimento dos obstáculos legislativos avança no sentido do controle do corpo e da sexualidade das mulheres, na contramão das conquistas históricas do segmento. Medidas que vão desde a imposição do exame de corpo de delito, para comprovar a violência sexual, a negação dos procedimentos de atenção em saúde importantes para as vítimas de violência, como a anticoncepção de emergência e o direito ao aborto legal e seguro nos casos previstos em lei, até a desestruturação do SUS. No Brasil e em vários outros países da América Latina e Caribe, a ilegalidade e criminalização da prática do aborto são uma das principais causas de morte materna. Ao decidirem pela maternidade, também colocam em risco a sua saúde e vida, dadas as deficiências ou total ausência do Estado no campo das políticas de saúde reprodutiva. Também se fortalece a cultura do estupro como uma das manifestações mais cruéis do sistema de dominação-exploração que contamina todos os espaços da sociedade e expressa o poder político que dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres.

De acordo com a ONU, o Brasil é hoje o maior “exportador” de mulheres escravas da América do Sul. São vítimas do crime organizado, que deixam suas regiões, para buscar alternativas concretas de sobrevivência nos países de destino, com jornadas de trabalho diário entre 10 e 13 horas, vida clandestina, desconhecimento do idioma local, incentivo ao consumo de drogas, cobranças abusivas das despesas de passagem, alimentação e moradia.

De acordo com o Mapa da Violência 2015, os registros do SIM informam que, num ritmo crescente, entre 1980 e 2013, morreu um total de 106.093 mulheres, vítimas de feminicídio no Brasil. A taxa, que em 1980 era de 2,3 vítimas de feminicídio por 100 mil, passa para 4,8 em 2013, representando um aumento de 111,1%. As redes sociais tornam-se também um novo espaço de repressão às mulheres e ao feminismo. Cerca de 75% das mulheres afirmam que já foram alvo de violência nas redes sociais.

Na política, ainda persiste a desigualdade na participação de mulheres e homens. Atualmente, o Brasil está na 86ª posição, no que se refere ao acesso das mulheres ao Poder Executivo, parlamentos e ministérios. Como um dos mecanismos de superação da exclusão das mulheres da política, o movimento feminista propõe a efetivação da paridade nos processos eleitorais, com listas de candidaturas com al-

CONSIDERANDO OS RETROCESSOS E DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE PARA OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E PARA O CONJUNTO DA ESQUERDA BRASILEIRA E MUNDIAL, RESGATAMOS O LEGADO DA REVOLUÇÃO RUSSA: A EMANCIPAÇÃO COMPLETA DA CLASSE TRABALHADORA ESTÁ INTIMAMENTE LIGADA À COMPLETA EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES

ternância paritária entre os sexos e a garantia de divisão igualitária de recursos financeiros e tempo na TV para as campanhas das mulheres.

Como reflexos sobre a vida das mulheres trabalhadoras, atualizam-se as manifestações da divisão sexual do trabalho. Na medida em que o capital tem incorporado o trabalho das mulheres, a flexibilização e a precarização da mão de obra feminina apontam para tendências do trabalho deste segmento no contexto de crise econômica e desemprego em massa. Crescem os trabalhos precários, mal remunerados, em tempo parcial, temporários, informais, sem proteção social, preservando a distância entre homens e mulheres no interior da classe trabalhadora. Alguns dados revelam que cerca de 80% das mulheres que trabalham recebem até dois salários mínimos e 15% permanecem desempregadas.

O peso maior da contrarreforma da previdência tende a recair sobre as mulheres. O governo tem ignorado as duplas ou triplas jornadas de trabalho, num contexto em que se encontram responsáveis pela dedicação maior de horas para o trabalho doméstico não remunerado, igualando a idade de aposentadoria aos 65 anos para homens e mulheres em qualquer atividade ou profissão e extinguindo a aposentadoria especial para professoras/es da educação básica. Para as trabalhadoras rurais, mulheres que colocam a comida nas nossas mesas, o governo, desconsiderando a expectativa de vida menor, o desgaste advindo das condições desgastantes do trabalho e da qualidade de vida menor, prevê idade mínima de 65 anos para aposentadoria e 25 anos de contribuição mínima.

Considerando os retrocessos e desafios do tempo presente para os movimentos feministas e para o conjunto da esquerda brasileira e mundial, resgatamos o legado da Revolução Russa: a emancipação completa da classe trabalhadora está intimamente ligada à completa emancipação das mulheres. Dessa forma, o feminismo é um instrumento de luta permanente na transformação das relações entre

mulheres e homens e parte integrante da construção de um novo projeto societário sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero. Acreditamos que a libertação das mulheres, a superação do patriarcado e a construção da igualdade entre mulheres e homens passam necessariamente pela associação entre a luta feminista e a luta contra o capital. Assim como a superação das debilidades históricas existentes nessa integração, dos impasses que têm refletido numa posição ambivalente das esquerdas em relação aos movimentos feministas.

Dessa forma, em consonância com o nosso projeto ético-político, reafirmamos a defesa intransigente da liberdade e dos direitos das mulheres; da legalização do aborto, como questão de saúde pública e como direito sexual e reprodutivo das mulheres. Reafirmamos o posicionamento contra a “reforma” da previdência e a precarização do trabalho feminino e a luta pelo fim da violência sexista. Na defesa de um feminismo que foi inspirado nas feministas que lutaram e dedicaram suas vidas à Revolução Russa e aos processos revolucionários vividos em todo o mundo. Um feminismo inspirador das mulheres brasileiras do campo e da cidade, que se insurgem contra a opressão de toda natureza, contra o capital. Um feminismo que expresse um projeto de transformação das relações em sociedade, sintonizado com um projeto em construção de uma nova ordem societária.

Gestão Tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017)

PRESIDENTE Maurílio Castro de Matos (RJ)
VICE-PRESIDENTE Esther Luíza de Souza Lemos (PR)
1ª SECRETÁRIA Alessandra Ribeiro de Souza (MG)
2ª SECRETÁRIA Erlenia Sobral do Vale (CE)
1ª TESOUREIRA Sandra Teixeira (DF)
2ª TESOUREIRA Marlene Merisse (SP)

CONSELHO FISCAL
 Juliana Iglesias Melim (ES), Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB) e Valéria Coelho (AL)

SUPLENTE
 Maria Bernadette de Moraes Medeiros (RS)

CFESS MANIFESTA Dia Internacional das Mulheres

Conteúdo (aprovado pela diretoria): Roberta Menezes Sousa - assistente social, militante feminista e professora do IFCE
Organização: Comissão de Comunicação
Revisão: Diogo Adjuto
Diagramação e arte: Rafael Werkema